

20 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE

A inclusão social pela via do trabalho, do emprego e da renda foi o objetivo maior das ações do Ministério do Trabalho e Emprego no exercício 2003. Todos os programas previstos no Plano de Ação 2003 foram implementados, tais como o Programa Primeiro Emprego, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), o Fórum Nacional do Trabalho, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e a autorização de novas linhas de créditos para os programas de geração de emprego e renda do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). Ademais, se intensificou a luta pela erradicação do trabalho escravo e do trabalho realizado por crianças, além do aumento da inspeção das condições físicas e legais nos ambientes de trabalho.

Integração do Mundo do Trabalho nas Américas

Em setembro de 2003, o Ministro assumiu a presidência da XIII Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), da Organização dos Estados Americanos (OEA), com a realização da Reunião Ministerial em Salvador, Bahia, que contou com a presença dos Ministros de Trabalho dos 34 Estados Membros da OEA, bem como de dirigentes de instituições e agências regionais e internacionais.

A Reunião Ministerial aprovou a Declaração e o Plano de Ação de Salvador, que consubstanciam os valores, aspirações, interesses e iniciativas comuns em torno de um projeto de desenvolvimento continental com base na promoção do trabalho decente. As aspirações dos Ministros do Trabalho das Américas expressas na Declaração Ministerial enfatizam a promoção do trabalho decente como um projeto comum de desenvolvimento integral dos povos americanos, com vistas à construção de sociedades mais justas e solidárias, que proporcione a melhora das condições de vida das populações e sua participação nos frutos do progresso material. Para tanto, faz-se necessário estabelecer um marco integrado de políticas econômicas e laborais, que revalorize o trabalho como fator indispensável ao desenvolvimento sustentável e com inclusão social.

O governo brasileiro tem assumido, dessa forma, um papel de liderança no processo de integração do mundo do trabalho nas Américas. O Ministro do Trabalho, no desempenho desse papel, participou da Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio no Hemisfério, realizada em Miami, dias 20 e 21 de novembro, e da reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), responsável pela preparação da Cúpula Extraordinária das Américas, que se realizou nos dias 12 e 13 de janeiro de 2004, em Monterrey (México). Em ambas ocasiões, defendeu a construção de um novo modelo de globalização e de integração hemisférica, que reconcilie a afluência econômica e a justiça social.

Fórum Nacional do Trabalho

Durante o ano de 2003, o Ministério, por intermédio da Secretaria de Relações do Trabalho, instalou e coordenou as atividades do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), concebido com o objetivo de promover o diálogo e a negociação sobre a reforma sindical e trabalhista.

Foram instalados os grupos temáticos sobre Organização Sindical, Negociação Coletiva e Solução de Conflitos. Também foram iniciadas as atividades dos grupos temáticos sobre Legislação do Trabalho e sobre Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade. Este último se reúne no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e também conta com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE).

Estiveram envolvidas diretamente nas discussões do FNT cerca de 300 (trezentas) pessoas, que participaram das 25 (vinte e cinco) reuniões oficiais realizadas em 2003, considerando a Plenária de instalação do Fórum, os grupos de trabalho já instalados, as reuniões bilaterais com as bancadas dos empregadores e dos trabalhadores e as reuniões da Comissão Nacional de Direito e Relações do Trabalho.

Nas 27 Unidades da Federação ocorreram Conferências Estaduais do Trabalho, com o objetivo de promover um debate mais amplo sobre a reforma sindical e trabalhista. Elas contaram com a participação de 9.715 pessoas, entre representantes de trabalhadores, empregadores, entidades da área trabalhista e outros setores. Os eventos preparatórios às Conferências Estaduais – seminários, oficinas, ciclos de debates – envolveram mais de 20 mil pessoas. Desses encontros resultaram inúmeras propostas, que foram sintetizadas e serão submetidas à apreciação da Comissão de Sistematização.

Também foi instalada a Comissão Nacional de Direito e Relações do Trabalho (CNDRT), que reúne 35 especialistas de notório saber e profissionais ligados a entidades da área trabalhista. A CNDRT foi concebida como um canal de consulta a juristas, operadores do direito e representantes de entidades da área de relações do trabalho. Além de assessorar diretamente o Ministro do Trabalho e Emprego, a CNDRT está subsidiando as atividades do Fórum.

A Coordenação do FNT também promoveu encontros e consultas a outros atores sociais, como as confederações nacionais de trabalhadores, o Tribunal Superior do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, a Comissão Permanente de Trabalho da Câmara dos Deputados e a Comissão Especial da Reforma Trabalhista da Câmara dos Deputados. Esses encontros tiveram a finalidade de ampliar o diálogo com todos os atores do mundo do trabalho e de criar as condições para a futura tramitação do projeto legislativo sobre a Reforma Sindical.

Como resultado desse esforço, o FNT consolidou-se como um espaço de diálogo e negociação sobre a reforma sindical e trabalhista, e deve dar continuidade às suas atividades em 2004 com o prosseguimento dos trabalhos dos grupos já instalados e com a instalação e conclusão das atividades dos grupos sobre Organização Administrativa e Judiciária do Trabalho, Normas sobre condições Administrativas do Trabalho, e Qualificação e Certificação Profissional.

Relações do Trabalho

Em 2003, foram realizadas 8.029 mediações coletivas e 20.674 mediações individuais de conflitos trabalhistas em todos os estados, por intermédio do Serviço de Relações de Trabalho das Delegacias Regionais do Trabalho (SERET/DRT). Essas atividades foram desenvolvidas sob a orientação da Coordenação-Geral de Relações do Trabalho (CGRT), órgão interno da SRT.

Quanto à legalização de trabalho de imigrantes, o Ministério concedeu, ao longo de 2003, 17.783 autorizações de trabalho a estrangeiros e promoveu 5 (cinco) reuniões do Conselho Nacional de Imigração, no qual foram discutidas novas resoluções sobre a política nacional de imigração. Mais importante do que o volume de operações realizadas, foi a normalização dos serviços prestados pela Coordenação-Geral de Imigração, que na gestão anterior foi alvo de denúncias e de investigação por parte do Tribunal de Contas da União.

Primeiro Emprego

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens foi implementado a partir da sanção da Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, e iniciou operação em 26 capitais e regiões metropolitanas. Na modalidade de subvenção econômica, cerca de mil e quatrocentos empregadores se inscreveram no programa, oferecendo cerca de 1.500 vagas. E, na modalidade de estímulo à responsabilidade social, cerca de 22 mil vagas para emprego e ações de qualificação (inclui estágio e aprendizagem) foram oferecidas por grandes empresas que dispensarão a subvenção econômica.

Além da campanha de divulgação realizada no último bimestre de 2003, foram enviadas 133.538 cartas convocando os jovens já cadastrados no SINE e 742.992 cartas convidando as empresas a participarem do Programa. Os resultados foram: 17.456 jovens habilitados na linha da subvenção social, adesão de 1.396 empregadores, captação de 1.506 vagas e 198 colocações efetivadas.

Pesquisa realizada sob encomenda do Governo Federal revelou que mais da metade dos empresários está disposta a participar do Programa Primeiro Emprego (PPE) e consideram a iniciativa positiva. De 1.000 empresas ouvidas, 53% demonstraram interesse em participar. Outros 9% representam os que ainda têm dúvida sobre eventual participação. Foram realizadas 400 entrevistas com micro-empresas, 300 com pequenas, 200 com médias e 100 entre as grandes, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, além do Distrito Federal.

O interesse se revelou maior entre as empresas de médio porte (68%), seguido pelas grandes empresas (67%), depois pelas pequenas (61%) e, por último, pelas micro (51%). As empresas maiores devem participar sem receber incentivos financeiros do governo federal, que variam de R\$ 600 a R\$ 1.200 por ano, por vaga criada. Nesse caso, recebem apenas certificação como parceiras do PPE.

A iniciativa foi considerada positiva por 80% dos empresários, sendo que 64% avaliaram o programa como bom e 17% como muito bom. Dez por cento o consideraram regular, 4% como negativo e 10% não sabem ou não responderam. Entre as empresas que deverão participar do PPE, 63% são da indústria, 54% do comércio e 49% do setor de serviços.

Em outra frente do Programa, foram implantados 6 Consórcios Sociais da Juventude: em Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e ABC Paulista. Os Consórcios Sociais da Juventude constituem instrumento de parceria governo-sociedade e se somam à atuação dos postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE). O objetivo é aproveitar a capacidade que as organizações da sociedade civil têm de obter melhores resultados junto ao público jovem, em situação de vulnerabilidade pessoal e risco social. Essa frente do Programa Primeiro Emprego é resultado de parceria entre os ministérios do Trabalho e Educação, e tem apoio do Banco Mundial (Bird) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Cada consórcio deverá beneficiar jovens com idade entre 16 e 24 anos que encontram maior dificuldade em obter a primeira experiência profissional. São adolescentes em conflito com a lei, pessoas portadoras de deficiência, negros e indígenas. Eles receberão qualificação básica (inclusão digital, valores humanos, ética e cidadania, ações de estímulo e apoio à elevação da escolaridade, educação ambiental e orientação profissional) e desenvolverão atividades em oficinas empreendedoras.

As ações de preparação para o primeiro emprego incluem a implementação do Programa Serviço Civil Voluntário, que beneficiará 4.800 jovens de todo País em situação de desemprego ou sob medida socio-educativa. O Serviço Civil Voluntário articula ações de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e trabalho comunitário, compondo uma carga horária total de 600 horas. Deve-se destacar que todos o(a)s jovens beneficiário(a)s receberão, durante seis meses, bolsa mensal de auxílio financeiro, no valor de R\$150,00, com o objetivo de fortalecer sua inclusão social.

Erradicação do Trabalho Escravo

O Programa de Erradicação do Trabalho Escravo promoveu a definição do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em março de 2003 com 75 ações e que articula atores governamentais e não governamentais. O incentivo para o aumento do número de denúncias, a prioridade no atendimento por parte das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) e a ação mais incisiva do Grupo Especial de Fiscalização Móvel ampliaram a efetividade da fiscalização de Norte a Sul do País.

Em menos de um ano, foram libertados quase 5 mil trabalhadores mantidos em regime de escravidão e trabalho degradante (114% a mais que 2002), em ações desenvolvidas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel e pelas DRT. Foram realizadas 67 ações do Grupo Móvel, em 193 fazendas de diversas regiões do País, resultando no pagamento de R\$ 6 milhões em direitos trabalhistas aos libertos. Após serem libertados, os trabalhadores receberam documentação e foram cadastrados no SINE, habilitando-se a receber o Seguro-Desemprego.

RESULTADOS DO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

ANO	TOTAL DE OPERAÇÕES	ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS	TRABALHADORES LIBERTADOS	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES
2000	25	88	527	631.282,84
2001	23	144	1.174	655.881,57
2002	30	91	2.306	1.928.319,50
2003	67	193	4.932	5.911.966,39

Fonte: DEFIT/SIT/MTE

Combate ao Trabalho Infantil

O Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil foi elaborado pela Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), sob a coordenação do MTE e em ampla discussão com a sociedade civil e outras instituições governamentais. A fiscalização, coordenada pelos Grupos de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente, das 27 Unidades da Federação, alcançou 114.739 crianças e adolescentes na faixa etária até 18 anos (setor formal e informal), sendo exigido o imediato afastamento dos encontrados trabalhando com idade inferior a 16 anos ou em condições prejudiciais a sua saúde e formação moral.

Com relação à aprendizagem, foram alcançados, no mesmo período, 48.882 adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos.

Aumento do Nível de Formalidade

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) confirmam o crescimento do emprego formal. Em todo o país, foram gerados até novembro de 2003, 945.351 empregos formais. Parte desse resultado ocorreu graças à ação da fiscalização: 534.125 trabalhadores, dos quais 103.545 (19%) no meio rural, foram formalizados sob ação fiscal, que, ao todo, atingiu 285.241 estabelecimentos e alcançou 22 milhões de trabalhadores.

A discussão do planejamento, implantação, acompanhamento e avaliação das ações de inspeção do trabalho envolveu representação de sindicatos de trabalhadores, através das Comissões Sindicais instituídas nas Delegacias Regionais do Trabalho.

RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO

ANO	EMPRESAS FISCALIZADAS	TRABALHADORES ALCANÇADOS	TRABALHADORES REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL	EMPRESAS AUTUADAS	AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS
2000	353.617	19.116.793	525.253	58.213	95.828
2001	296.741	17.707.443	516.548	56.036	93.552
2002	304.254	19.934.822	555.454	53.622	92.988
2003	285.241	22.257.503	534.125	58.589	103.308

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE

Segurança e Saúde no Trabalho

O Governo intensificou as ações de fiscalização e prevenção destinadas a diminuir a incidência dos acidentes e doenças decorrentes da atividade ocupacional, bem como de assegurar a melhoria dos ambientes e condições de trabalho. O objetivo principal tem sido a redução da taxa de mortalidade por acidentes de trabalho e da taxa de morbidade por agravos decorrentes do trabalho.

Para alcançar esses resultados, foi de fundamental importância a implementação de ações de fiscalização dos ambientes e condições de trabalho, por meio da adoção de modelos alternativos e de abordagens estratégicas do ato de fiscalizar na busca de sua otimização e efetividade, quais sejam: fiscalização com acompanhamento sindical; notificação coletiva; fiscalização anunciada; emissão de ordens de serviços dirigidas; fiscalização indireta; valorização do embargo e interdição; realização de acordos intersetoriais; realização de negociação coletiva por câmaras setoriais e mesas de entendimento

As inspeções alcançaram em 2003, um universo de 14.580.823 trabalhadores. Cabe acrescentar que o número de inspeções e o número de trabalhadores alcançados inclui as várias vistorias realizadas em um mesmo ano em uma mesma empresa. A tabela a seguir apresenta os dados da fiscalização no Brasil na área de segurança e saúde no trabalho, período de 2000 a 2003.

ANO	FISCALIZAÇÕES	TRABALHADORES ALCANÇADOS
2000	39.515	12.856.076
2001	127.414	13.086.067
2002	125.390	13.333.974
2003	129.686	14.580.823

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho – DSST/SIT/MTE

As demais realizações da inspeção do trabalho em segurança e saúde, que merecem destaque foram: investigação de 1.331 acidentes do trabalho; edição e publicação de cerca de 48,5 mil exemplares, entre manuais, convenções e publicações diversas para a divulgação e treinamentos em assuntos relacionados a segurança e saúde no trabalho; construção, utilizando práticas do tripartismo envolvendo a representação de trabalhadores, empregadores e governo e com a participação de outros Ministérios, do Anexo I da Norma Regulamentadora Nº 11 que dispõe sobre procedimentos de transporte e armazenagem de chapas de mármore, granito e outras rochas. Também foi realizada uma revisão parcial da Norma Regulamentadora Nº 22 que trata da Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração. A metodologia de discussão em regime tripartite, das normas de segurança e saúde do trabalhador foi valorizada pela nova gestão, inspirando sua aplicação em outros âmbitos como o FNT.

Foram firmados 23 termos de cooperação com entidades diversas, envolvendo intercâmbio de informações, principalmente estatísticas da auditoria fiscal e aposentadoria especial, adequação de normas, acompanhamento de ações judiciais de ações de combate ao trabalho escravo, infantil, cooperativas fraudulentas, entre outras visando multiplicar resultados e potencializar as ações fiscais, além de alcançar diretamente cerca de 9,5 milhões de pessoas, entre agentes comunitários de saúde, profissionais de arquitetura, engenharia, agronomia e trabalhadores em geral.

Atendendo às prioridades de capacitação estabelecidas pelo MTE realizou-se no ano de 2003 o Curso Concepções de Acidentes e Impactos na Análise e Prevenção, especificamente para os componentes da Comissão Nacional da Mineração), o Curso de Ergonomia Aplicada a Setores e Problemas Específicos, o Curso sobre Investigação de Acidentes em Sistema Complexos com a participação de Professor da Universidade de Ohio e o Curso de Auditoria Fiscal em Refinarias e o Quinto Encontro dos Comitês Permanentes Regionais da Indústria da Construção e o Encontro Nacional do Benzeno.

Alimentação do Trabalhador - PAT

Por meio do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, as empresas são estimuladas a fornecer alimentação ao trabalhador, permitindo a dedução das despesas no imposto de renda devido em até 4%. Melhorando as condições nutricionais dos trabalhadores. O PAT garante ganhos de qualidade de vida, de produtividade e contribui para a redução de acidentes no trabalho.

O número de empresas que aderiram ao Programa atingiu 131 mil no ano de 2003, beneficiando 9,9 milhões de trabalhadores. Em comparação com os resultados de 2002, houve um aumento de 14,7% no número de empresas que aderiram ao PAT e um incremento de 16,6% no número de trabalhadores beneficiados.

RESULTADOS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

ANO	TRABALHADORES BENEFICIADOS	EMPRESAS PARTICIPANTES
2000	7.585.313	95.325
2001	8.100.000	105.000
2002	8.502.294	114.809
2003	9.912.069	131.720

Fonte: CGPAT/DSST/SIT/MTE

Houve, também, alteração da redação da Portaria nº 03, de 1º de março de 2002, para facilitar a participação no PAT de empresas de pequeno porte do setor de montagem de cestas de alimentos, contribuindo para a redução de custos e ampliação do alcance do Programa.

Programa do Abono Salarial PIS/PASEP

O Abono Salarial é um benefício garantido ao trabalhador pelo art. 239, § 3º da Constituição Federal, e regulamentado por intermédio da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, especificamente em seu art. 9º, com a finalidade de assegurar o recebimento de um salário mínimo anual, aos trabalhadores de baixa renda, que se enquadrem nas regras do programa.

O Programa do Abono Salarial apresenta um exercício financeiro compreendido pelo período de 01 de julho a 30 de junho do ano seguinte. Portanto, os dados pertinentes ao exercício fiscal estão relacionados a execução de dois exercícios financeiros. Os resultados obtidos pelo Programa Abono Salarial podem ser mensurados pela Taxa de Cobertura de Trabalhadores Beneficiados com o Abono Salarial que identifica o percentual entre o número de trabalhadores que receberam o benefício pelo número de trabalhadores identificados com direito ao benefício, sendo 81,25%, 90,34% e 89,97%, nos exercícios de 2000, 2001 e 2002, respectivamente.

Considerando que em 2003 ocorreu um aumento de 14,86% do número de trabalhadores identificados em relação 2002, e a Taxa de Cobertura para 2003 foi de 95,15%, o exercício de 2003 superou em 2,31% a meta prevista no PPA.

EVOLUÇÃO DO PAGAMENTO DO ABONO SALARIAL

ANO	BENEFÍCIOS PAGOS (EM MILHÕES)	TOTAL (EM R\$ BILHÕES)	% SUPERAÇÃO DA META PREVISTA NO PPA
2000	5,60	0,8	3%
2001	5,88	1,0	14%
2002	6,47	1,2	25%
2003	7,86	1,8	39%

Fonte: DES/SPPE/MTE

No exercício de 2003, entre os principais resultados está o crescimento do número de trabalhadores identificados com direito ao abono salarial e do número de abonos pagos, que foram os maiores desde a criação do Programa.

Programa do Seguro-Desemprego

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Programa do Seguro-Desemprego passou a integrar a seguridade social, garantido pelo inciso II, art. 7º, “Dos Direitos Sociais”, constituindo-se em direito dos trabalhadores urbanos e rurais, bem como, assegurou em seu art. 239, fonte de financiamento específica.

Por intermédio da Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, regulamentou-se o dispositivo Constitucional, tornando o benefício do Seguro-Desemprego mais acessível à classe trabalhadora e ampliando o seu valor. A Lei também instituiu o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), constituído por representantes dos empregadores, dos trabalhadores e do governo, responsável pela gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial e ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Econômico.

Em síntese, o pagamento do benefício Seguro-Desemprego está vinculado à proteção ao trabalhador, preservação do emprego e proteção ambiental.

EVOLUÇÃO DO PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO

MODALIDADE DO SEGURO-DEMPREGO		2002	2003	VARIACÃO %
SEGURO-DESEMPREGO FORMAL (LEI NO 8.900/94)	Valor nominal do beneficio emitido	5.677.882.289	6.614.420.208	16,49
	Total de segurados	4.803.563	4.802.436	- 0,02
	Valor médio por parcela	278,20	316,30	13,70
PESCADOR ARTESANAL	Valor nominal do beneficio emitido	62.703.700	83.345.040	34,51
	Total de segurados	91.966	92.694	0,79
	Valor médio por parcela	192,78	223,54	15,95
EMPREGADO DOMÉSTICO	Valor nominal do beneficio emitido	4.605.620	6.399.920	38,96
	Total de segurados	8.013	9.215	15
	Valor médio por parcela	196,63	231,57	17,77
TRABALHADOR ESCRAVO	Valor nominal do beneficio emitido	-	477.720	-
	Total de segurados	-	862	-
	Valor médio por parcela	-	230,12	-
BOLSA DE QUALIFICAÇÃO	Valor nominal do beneficio emitido	7.481.373	2.261.614	- 69,77
	Total de segurados	7.634	1.985	- 74,35
	Valor médio por parcela	238,62	307,62	28,92

Fonte: DES/SPPE/MTE

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

A CTPS começou a ser emitida em 1969, substituindo a então Carteira Profissional. Seu objetivo foi o de espelhar a vida profissional do seu portador e garantir o acesso aos benefícios assegurados aos trabalhadores. Desde então, constitui-se em um documento de identificação profissional indispensável para o exercício do emprego.

A principal transformação recente na CTPS foi a implantação de seu novo modelo, a partir de 1997. Em sua essência, continua abrigando todas as informações importantes da vida profissional do trabalhador. As mudanças foram gráficas e principalmente, na incorporação de vários itens de segurança que preservam o conteúdo do documento, dificultando a fraude. Adotou-se, para a emissão do novo modelo, um controle nacional informatizado, com a utilização da numeração única e cadastramento no PIS/PASEP no ato da solicitação,

impedindo a emissão de mais de uma carteira para cada trabalhador, e melhorando a segurança contra fraudes ao seguro-desemprego, além de melhorar a base de dados com informações sobre os trabalhadores.

A implantação da nova CTPS chegou, com os trabalhos realizados em 2003, a 74% das Delegacias Regionais de Trabalho e 52% do total de Subdelegacias. Os dados dos últimos 6 anos revelam uma diminuição na emissão das carteiras modelo antigo (queda de 6,3 para 4,5 milhões no período de 1988 – 2003) e um aumento na emissão do modelo novo que chegou aproximadamente a 1,5 milhões em 2003, o que significa um crescimento de 27% em relação ao exercício de 2002.

Classificação Brasileira de Ocupações - CBO

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) resulta de um convênio entre o Brasil e as Organizações das Nações Unidas (ONU) e é o documento normalizador do reconhecimento das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, permitindo a identificação ocupacional nos censos, pesquisas domiciliares e registros administrativos, possibilitando a comparação entre estas diversas bases de dados. Também permite a comparação com informações internacionais de natureza semelhante, dado que sua referência é a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também é utilizada na sistematização de estatísticas de emprego e como ponto de partida na organização de currículos de cursos profissionalizantes, dos mais diversos níveis.

O atendimento ao usuário da CBO é uma das ações do Ministério. Em 2003, foram distribuídos 578 manuais e 3.279 exemplares da CBO em formato de CD-ROM. Ademais, aumentou significativamente o número de exemplares baixados via internet, atingindo 74.390, o que significa um aumento de 125% em relação ao exercício de 2002.

Registro Profissional

No exercício de 2003 foi concluído o sistema de controle e emissão do registro profissional informatizado testado na base piloto nos estados de MG, SP e PE. Nesse exercício foram concedidos 26.156 registros.

Geração de Emprego e Renda

Investimento do FGTS para a geração de empregos

O Conselho Curador do FGTS, presidido pelo Ministro do Trabalho e Emprego, aprovou para 2003, a aplicação de R\$ 4,5 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões destinados a habitação, R\$ 1,35 bilhões para saneamento e R\$ 450 milhões para outras operações. Na área de habitação, 93% foi repassado à Caixa Econômica Federal e demais agentes financeiros, destes, 92,5% emprestados ao público. Na área de saneamento, foram repassados à Caixa Econômica Federal 100% do valor orçado, e contratados cerca de 90% dos recursos destinados a projetos de água e esgoto. Entre habitação e saneamento foram repassados 96,5% dos valores orçados, e contratados recursos equivalentes a 86%.

Vale destacar que os projetos financiados com recursos do FGTS têm grande potencial de geração de emprego e contribuem para a inclusão social ao proporcionar habitação e saneamento básico às famílias beneficiadas. Ao final da aplicação dos recursos do orçamento do FGTS de 2003, ter-se-ão criados mais de 400 mil postos de trabalho e produzidas aproximadamente 200 mil unidades habitacionais, com benefícios estendidos a 5,3 milhões de pessoas.

Em 2003, houve um recorde de arrecadação líquida do FGTS: R\$ 4,4 bilhões, 57,5% acima do obtido no ano anterior. A arrecadação bruta do FGTS em 2003 foi 9,5% maior que em 2002, atingindo R\$ 24,5 bilhões. O Fundo proporcionou uma injeção de R\$ 33 bilhões na economia em 2003.

Ademais, a Coordenação-Geral do FGTS atendeu a 10.651 consultas públicas/Conselheiros/CEF – Agente Operador/MCd – Gestor de Aplicação, por meio de telefones, e-mails, atendimento pessoal, Ouvidoria e Fale Conosco, acerca de vários assuntos, principalmente, com relação aos Planos Econômicos “Collor e Verão I”.

Investimento do FAT para a geração de empregos

O governo federal adotou um conjunto de medidas para criar novos postos de trabalho, das quais destaca-se o impulso aos programas de geração de emprego e renda. Para tanto, foram autorizados R\$ 8,2 bilhões de recursos do FAT, dos quais R\$ 5,7 bilhões foram liberados até o fim do exercício. A meta para 2003 (de 220 mil operações de crédito) foi superada em muito: de janeiro a outubro foram realizadas 841 mil operações de crédito em 13 linhas de financiamento, executadas pelos bancos oficiais de crédito, alcançando um total de R\$ 4,9 bilhões. O volume de recursos empregados e o valor dos empréstimos cresceram 61% em relação ao mesmo período de 2002.

Entre as linhas de financiamento, cabe mencionar as principais oferecidas por meio dos agentes financeiros: Proger-Urbano; Proger-Rural; Pronaf; ProEmprego; FAT-Habitação e FAT-Empreendedor Popular. O Proger-urbano foi o que mais cresceu em 2003, registrando um salto de 78%. Parte desse crescimento deve-se à reestruturação do programa, que financia investimento e capital de giro associado para microempresas e pequenas empresas, cooperativas e profissionais liberais.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a geração líquida de novos empregos formais foi de 695.837 postos de trabalho, nos últimos 12 meses (dez/02 a nov/03). Essa elevação em termos absolutos representa uma variação de 3,8%.

As operações de crédito têm como agentes financeiros o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e, a partir de 2003, o Banco da Amazônia.

No ano de 2003 o Ministério submeteu ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT um amplo conjunto de medidas visando o estímulo à geração de emprego e renda por meio das seguintes medidas:

- Alocação de R\$ 200 milhões de recursos do FAT no Banco do Brasil, no âmbito do PROGER URBANO, programa voltado para o financiamento de investimento e capital de giro associado para micro e pequenas empresas, cooperativas e profissionais liberais, com estimativa de geração de 28 mil postos de trabalho diretos.- Alocação de R\$ 200 milhões para o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal de recursos do FAT no PROGER – TURISMO destinados ao financiamento da cadeia produtiva do setor turismo, estimativa de geração de 12 mil postos de trabalho.- Instituição da linha de financiamento de compra de material de construção destinada a pessoas físicas, em especial de baixa renda, para o qual foram alocados recursos do FAT da ordem de R\$ 400 milhões, com previsão de geração de 40 mil postos de trabalho, sendo 14 mil diretos.- Reestruturação do Proger Urbano com a elevação do faturamento anual passível de enquadramento, elevação do teto financiável para investimento e capital de giro, alteração da participação do FAT nos financiamentos de capital de giro de 50% do total do financiamento para 70% (demais recursos são do agente financeiro). Alocação de R\$ 1,1 bilhão neste Programa.- Credenciamento do Banco da Amazônia para operar recursos do FAT em programas de geração de emprego e renda com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais e potencializar as aplicações na região Norte do país. Foram alocados inicialmente R\$ 150 milhões, com a expectativa de gerar 18 mil novos empregos diretos.- Instituição de linha de financiamento pré-embarque de exportação para micro e pequenas empresas, PROGER – Exportação. Foram alocados R\$ 200 milhões.- Alocação de recursos da ordem de R\$ 200 milhões no Banco do Brasil para microcrédito no FAT Empreendedor Popular, tendo em vista o financiamento de trabalhadores por conta própria e autônomos. - Instituição de linha de crédito orientado (capacitação, crédito e assistência técnica) para jovens empreendedores de até 24 anos com cobertura total de fundos de aval (FUNPROGER e FAMPE), viabilizando operações de crédito sem garantias reais para os jovens no âmbito do Programa Primeiro Emprego, com três modalidades de financiamento auto-emprego, micro e pequenas empresas e Cooperativas constituídas principalmente por jovens. Foram alocados R\$ 100 milhões no ano de 2003, gerando cerca de 14 mil postos de trabalho direto.- Instituição de programa de Geração de Emprego e Renda na Indústria da Construção Civil para Revitalização Urbana em Áreas Centrais e Sítios Históricos – FAT REVITALIZAÇÃO, com o objetivo de gerar emprego e renda na cadeia da construção civil, preservar o patrimônio cultural brasileiro e melhorar a qualidade de vida da população. Para esta ação foram alocados R\$ 200 milhões, correspondendo a geração de 20 mil postos de trabalho diretos e indiretos.- Reestruturação do FAT HABITAÇÃO, para permitir a reabertura das linhas de crédito para financiamento de imóveis que se encontravam suspensas na Caixa Econômica Federal. A readequação consistiu na ampliação dos limites de aplicação e a possibilidade de financiamento de imóveis usados. A reabertura da linha contou com a alocação de R\$ 200 milhões.- Criação do programa FAT EXPORTAR, junto ao BNDES, Programa de fomento às exportações brasileiras, mediante criação de linha de financiamento pré embarque para exportação de bens que apresentem índice de nacionalização igual ou superior a 60%, para empresas de qualquer porte, foi

autorizado a alocação de R\$ 1,5 bilhão, contribuindo para a política industrial de comércio exterior do Brasil.- Instituição do Programa de Fomento às Micro, Pequenas e Médias Empresas - FAT FOMENTAR, junto ao BNDES, para as micro, pequenas e médias empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 60 milhões, destinado ao financiamento de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional, inclusive por arrendamento mercantil, assim como, projetos de implantação e expansão. Foram alocados R\$ 1 bilhão, na expectativa de gerar 82 mil empregos diretos e indiretos.

As mudanças promoveram profunda reestruturação do conjunto dos programas de geração de emprego e renda com recursos de depósitos especiais remunerados ou de crédito do FAT. Em todas as liberações de recursos para financiamento de investimento foi estabelecido o compromisso de contratação de jovens e adultos acima de 40 anos. Em termos de geração de empregos, apenas as medidas que envolvem investimento, ou seja, sem considerar aquelas que envolvem capital de giro puro, chega-se a uma estimativa de geração de cerca de 200 mil novos postos de trabalho. Cabe salientar, além disso, que várias medidas irão contribuir, também, para a manutenção de postos de trabalho (por exemplo, capital de giro para micro e pequenas empresas) ou gerar renda (por exemplo R\$ 200 milhões para empreendedores populares). Incluindo também o impacto de manutenção de postos de trabalho de algumas medidas chega-se a estimativa de geração ou manutenção de cerca de 550 mil postos de trabalho, sendo cerca de 200 mil gerados e 350 mil mantidos.

PROGER URBANO E RURAL

ANO	TOTAL DE OPERAÇÕES	VALOR APLICADO (R\$ MIL)
2000	203.787	1.080.539
2001	111.625	878.444
2002	177.467	1.627.240
2003*	458.829	2.058.989

*janeiro-outubro

Fonte: Informe CGEM dezembro/2003

O PROGER Urbano destina-se à concessão de financiamento àqueles que desejam investir no crescimento de seu próprio negócio (modalidade investimento) ou obter recursos para o custeio de sua atividade (modalidade capital de giro). Seu público alvo são as pequenas e microempresas, as cooperativas e associações de produção, empreendedores populares, trabalhadores autônomos e profissionais liberais. Merece destaque no PROGER Urbano a linha de crédito capital de giro puro, responsável por um incremento de quase 70% em relação ao volume de aplicações de 2002. Já o PROGER Rural, linha de crédito de custeio e de investimento, é destinada aos mini e pequenos produtores rurais, individual ou coletivamente, do setor agropecuário, inclusive da atividade pesqueira. Destaca-se a instituição da linha PROGER Rural Familiar, destinada a agricultores familiares egressos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ou ainda beneficiários daquele programa que atendam às condições definidas pela Resolução CODEFAT N.º 355 de 5/8/2003.

PROEMPREGO - Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador

Instituído em 1995, passou a contar com recursos oriundos do FAT em 1996. Visa criar novos empregos, incrementar a renda do trabalhador, proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população, em especial das camadas de mais baixa renda, e propiciar a diminuição dos custos de produção no contexto internacional, preservando e expandindo as oportunidades de trabalho e assegurando o equilíbrio do meio ambiente. O Programa já está em sua terceira etapa com investimentos na área de energia, transportes, saneamento e turismo.

ANO	TOTAL DE OPERAÇÕES	VALOR APLICADO (R\$ mil)
2000	1.513	2.689.166
2001	223	1.967.270
2002	21	1.835.000
2003 (*)	24	1.540.850

*janeiro-outubro

Fonte: Informe CGEM dezembro/2003

PROTRABALHO - Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador

Foi instituído em 1998 e já está em sua terceira etapa. Seu objetivo é financiar projetos estruturantes em setores estratégicos que visem organizar pólos de desenvolvimento regionais integrados, dentro da concepção de cadeias produtivas sustentáveis e competitivas. O programa destina-se a pequenas, médias e grandes empresas industriais, agro-industriais, comerciais, de turismo e de serviços localizadas na região Nordeste, norte dos

estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e vale do Jequitinhonha. O PROTRABALHO vem registrando um forte recuo no volume de aplicações.

ANO	TOTAL DE OPERAÇÕES	VALOR APLICADO (R\$ mil)
2000	9.549	251.669
2001	2.665	94.000
2002	222	29.280
2003 (*)	16	2.946

*janeiro-outubro

Fonte: Informe CGEM dezembro/2003

Receitas do FAT

A realização das receitas totais do FAT, em 2003, representou o montante de R\$ 21,1 bilhões, com um considerável acréscimo em relação ao ano de 2002, na ordem de 26,8%, sendo que as contribuições para o PIS e para o PASEP, como a principal fonte de recursos do FAT, ficaram em torno de 61,7%, seguida das receitas de aplicações financeiras, que representaram 13,6% do total dos ingressos de recursos, conforme tabela a seguir.

RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS E PARA O PASEP TRANSFERIDOS AO FAT PELO TESOURO NACIONAL

ANO	VALOR (**) EM R\$ MILHÕES (*)
1999	10.244,43
2000	11.961,96
2001	11.979,14
2002	11.973,18
2003	13.403,28

Fonte: MTE/SE/SPOAD/CGFAT (UG 380016)

(*) Até 2002 os valores estão indexados pelo IGP-DI. Em 2003 os valores são Nominais.

(**) Referem-se ao regime de competência.

RECEITAS REALIZADAS DO FAT EM 2003

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$ Milhões (*)
Contribuição para o PIS e para o PASEP transferida ao FAT	13.021,56
Cota-Parte da Contribuição Sindical	134,85
Juros Recebidos do BNDES	2.434,81
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.871,20
Remuneração de Recursos Disponíveis (BB e CAIXA)	31,51
Retorno dos Depósitos Especiais	2.338,61
Restituição de Benefício não Desembolsado	228,08
Outras Receitas	43,77
TOTAL DAS RECEITAS	21.104,39

Fonte: MTE/SE/SPOAD/CGFAT (UG 380016)

Notas: (*) Até 2002 os valores estão indexados pelo IGP-DI. Em 2003 os valores são Nominais.

(**) Referem-se ao regime de caixa.

Despesas do FAT

A despesa liquidada em 2003 foi da ordem de R\$ 8,89 bilhões, excetuando-se os valores do programa Operações Especiais, transferências constitucionais para a ação de Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a cargo do BNDES, que foi em torno de R\$ 5,35 bilhões, observa-se que manteve uma tendência de crescimento em relação ao verificado no exercício de 2002, na ordem de 12,8%.

DESPESAS LÍQUIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003, COM RECURSOS DO FAT (em R\$ milhões)

PROGRAMA	ORÇADO	EXECUTADO	ÍNDICE DE EXECUÇÃO
Assistência ao Trabalhador	1.914,44	1.810,05	94,5%
Atendimento e Legalização de Estrangeiros no País	0,70	0,41	58,3%
Desenvolvimento da Educação Profissional	0,25	-	0,0%
Erradicação do Trabalho Escravidor e Degradante	0,20	0,17	84,5%
Erradicação do Trabalho Infantil	1,00	-	0,0%
Geração de Emprego e Renda	22,72	3,41	15,0%
Gestão da Política de Trabalho e Emprego	16,32	9,83	60,3%
Jovem Empreendedor	0,10	-	0,0%
Novo Emprego e Seguro- Desemprego	6.944,49	6.808,20	98,0%
Profissionalização da Enfermagem	0,25	-	0,0%
Qualificação Profissional do Trabalhador	114,34	47,72	41,7%
Recursos Pesqueiros Sustentáveis	87,90	81,54	92,8%
Trabalho Legal	200,86	133,36	66,4%
Trabalho Seguro e Saudável	0,60	0,01	1,2%
TOTAL	9.304,16	8.894,70	95,6%

Fonte: MTE/SE/SPOAD/CGFAT (UG 380016)

Nota: (*) Os valores são nominais e por regime de caixa, sendo o executado referente as despesas liquidadas.

Patrimônio do FAT

Em 31 de dezembro de 2003, o patrimônio financeiro do FAT atingiu o montante em torno de R\$ 88,89 bilhões, constituído pelas aplicações financeiras nas modalidades de extramercado, empréstimos constitucional e de depósitos especiais, representando um crescimento da ordem de 12,7% em relação a posição de 31 de dezembro de 2002.

R\$ milhões

MODALIDADE DA APLICAÇÃO E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	2002	ANÁLISE VERTICAL DE 2002	2003	ANÁLISE VERTICAL DE 2003
Fundo Extramercado no Banco do Brasil	8.706,80	11,04%	13.830,00	15,56%
Empréstimo ao BNDES (Art. 239 da Constituição)	50.204,10	63,64%	52.981,50	59,60%
Depósitos especiais	19.972,30	25,32%	22.082,80	24,84%
Banco da Amazônia	-	0,00%	30,4	0,03%
Banco do Brasil	4.470,00	5,67%	6.391,00	7,19%
Banco do Nordeste do Brasil	2.227,60	2,82%	1.721,50	1,94%
BNDES	11.704,60	14,84%	11.954,50	13,45%
CAIXA	1.509,60	1,91%	1.899,00	2,14%
FINEP	60,5	0,08%	86,4	0,10%
TOTAL	78.883,20	100,00%	88.894,30	100,00%

Fonte: MTE/SE/SPOAD/CGFAT (UG 380016)

Nota: (*) Até 2002 os valores estão indexados pelo IGP-DI. Em 2003 os valores são nominais.

Posição em 31 de dezembro.

Intermediação de Mão-de-Obra

A intermediação de mão-de-obra representa uma das linhas básicas de atuação do Programa do Seguro-Desemprego no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE). A execução dessa ação é realizada por meio de convênios firmados com as secretarias estaduais de trabalho e entidades representativas de trabalhadores, que tem como foco a (re)colocação do trabalhador no mercado de trabalho, de forma ágil e gratuita, beneficiando tanto o trabalhador como o empregador.

O quadro a seguir contém os dados anuais referentes a trabalhadores que se inscreveram no SINE em busca de oportunidades de emprego, vagas disponibilizadas e trabalhadores (re)colocados anualmente no quadriênio de 2000 a 2003, sendo que para dezembro desse último ano os dados são projetados.

No período 2000-2003, aproximadamente 20,2 milhões de trabalhadores inscreveram-se nas unidades de atendimento do SINE, foram disponibilizados 5,9 milhões de postos de trabalho ao sistema, por meio do processo de captação de vagas e (re)colocados mais de 3,0 milhões de trabalhadores no mercado de trabalho.

Ao longo dos quatro anos a ação tem apresentado melhoras sensíveis, apesar da pequena queda (cerca de 4%) no número de trabalhadores colocados e nas vagas captadas em 2003 em relação a 2002.

RESULTADOS DO SINE
(em mil trabalhadores ou vagas)

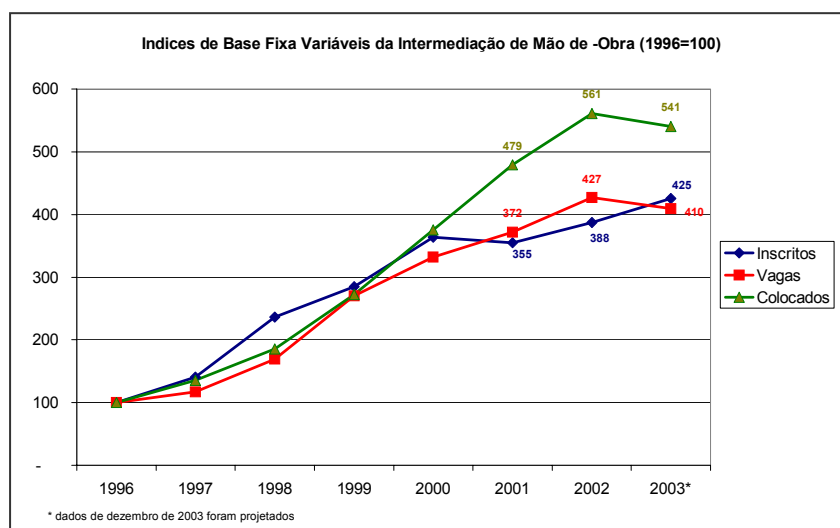
ANO	INSCRITOS	VAGAS	COLOCADOS
2000	4.806	1.281	582
2001	4.686	1.434	743
2002	5.120	1.649	870
2003 (*)	5.620	1.581	838

Fonte: CSINE/CGEM/DESMTE

* Os dados de dezembro de 2003 foram projetados

O gráfico abaixo permite verificar o comportamento das atividades relativas à ação de intermediação ao longo do tempo por meio de um índice de base fixa (2000=100). Os dados revelam um aumento no volume de inscrições, captação de vagas e (re)colocações no período de quatro anos, em que pese uma pequena queda em 2003 em relação à 2002.

De fato, em relação ao ano 2000, o número de trabalhadores que buscaram uma oportunidade de emprego por meio do SINE em 2003 cresceu 17%, o de vagas captadas pelo sistema cresceu 23% e o de trabalhadores (re)colocados cresceu cerca de 44%.



Fonte : CSINE/CGEM/DESMTE

Porém, comparando 2003 com 2002 houve um aumento no número de trabalhadores inscritos na intermediação (10%) e uma queda tanto nas vagas captadas (-4%) quanto no número de trabalhadores (re)colocados (-4%), o que pode ser explicado pela transição de governos estaduais que executam a ação.

Essa explicação é corroborada pela comparação dos resultados de 2003 e do segundo semestre de 2002. Isso porque a retração da (re)colocação no mercado de trabalho pelo SINE concentrou-se no primeiro semestre (-8% de variação entre o primeiro semestre de 2003 e o de 2002). Já no segundo semestre de 2003 as colocações estabilizaram-se e até apresentaram um pequeno crescimento (+1%) em relação ao correspondente semestre de 2002. Ou seja, com a normalização da gestão dos novos governos estaduais e com a recuperação econômica, a atividade de intermediação retomou seus patamares originais.

Plano Nacional de Qualificação – PNQ

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) substituiu o antigo Planfor, com a finalidade de contribuir para a garantia do direito do/a trabalhador/a à qualificação social e profissional. Incluído no Programa de Qualificação Social e Profissional do PPA 2004-2007, a qualificação é definida no PNQ como política pública associada ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Formação Profissional (ambos em construção).

Desse modo, é um instrumento para planejar, articular e financiar a execução de ações de qualificação, certificação e orientação profissionais, articuladas com as políticas de emprego, educação e desenvolvimento.

Considerando as reprogramações de 2002 do antigo programa, foram qualificado(a)s 803.554 trabalhador(a)s em 2003 (até julho 2003). Já no âmbito do PNQ, lançado em 15/07/2003, foram beneficiados cerca de 160.000 trabalhadores/as, por meio de convênios celebrados com 25 estados, 05 municípios e 06 arranjos institucionais municipais para a realização de ações de Qualificação Profissional e 13 convênios com entidades da sociedade civil voltadas para o desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação, além de 01 convênio voltado para o acompanhamento e avaliação do PNQ e 01 voltado para a elaboração e melhoramento contínuo das políticas de qualificação, certificação e orientação profissionais, representando uma execução de R\$ 44,6 milhões em 2003.

É a primeira vez que os municípios têm acesso direto a recursos do FAT para qualificação, contribuindo para uma maior universalização das políticas de emprego e para a construção do Sistema Público de Emprego. O PNQ foi construído de forma participativa, incorporando um padrão ético diferenciado, a partir das recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU). Nesse sentido, estão sendo apuradas todas as denúncias relativas à utilização indevida dos recursos da qualificação no âmbito do antigo Planfor.

Para atingir o objetivo de integrar trabalho, educação e desenvolvimento, o PNQ apresenta como indicadores a efetividade social (atender no momento adequado a quem mais necessita – os/as desempregados/as e os grupos mais vulneráveis) e a qualidade pedagógica, além de outros relativos à eficiência e eficácia. Em 2003 foi exigida carga horária mínima de 40 horas, e carga horária média de 120 horas. Em fase de crescimento econômico, quando tais ações são associadas previamente aos setores geradores de empregos, possibilitam maior homogeneização do mercado de trabalho em termos de acesso e de renda e diminuem o tempo e o custo do processo de contratação, com reflexos mais rápidos sobre a taxa de desemprego e possibilitam também a maior sobrevivência de empreendimentos individuais ou coletivos, baseados nos princípios da economia solidária.

Como resposta do governo a este anseio social foi criada em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que instituiu um diálogo permanente com a sociedade, para discussão, elaboração e implementação, bem como para posterior avaliação, das políticas públicas voltadas a projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção–consumo–comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, entre outras. Essa atuação contém o esforço conjunto e articulado por meio de novas relações entre o Governo Federal e a sociedade civil, que pretende a implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, que tenha a questão social como eixo.